

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: junho de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

Autópsia de outro fracasso - Marcelo de Paiva Abreu - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - 01/06/2009	3
Novo ciclo de inserção internacional - Ricardo Ubiraci Sennes Estado de São Paulo - Espaço Aberto - 01/06/2009.....	4
A Argentina, Chávez e o Mercosul - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 03/06/2009.....	6
OMC alerta para nova onda de protecionismo - Jamil Chade - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - 12/06/2009.....	9
G-8 não significa mais nada, diz Amorim - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - 13/06/2009.....	10
Celso Amorim decreta que 'o G-8 morreu' - O Globo - Capa - 13/06/2009	11
Amorim diz que 'o G-8 morreu' e defende presença dos Brics em fóruns - O Globo - Economia - 13/06/2009	11
Reencontro com o Mercosul - Marcelo Coutinho - Folha de São Paulo - Opinião - 19/06/2009.....	12
Acordo em Doha precisa sair até o fim do ano, diz Amorim - Assis Moreira - Valor Econômico - Brasil - 25/06/2009	14
Negociação para retomada da Rodada Doha provoca racha entre emergentes - Assis Moreira - Valor Econômico - Brasil - 26/06/2009	15
G-8: Por que não G-14? - Oliver Stuenkel - Valor Econômico - Opinião - 29/06/2009.....	16

Autópsia de outro fracasso – Marcelo de Paiva Abreu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/06/2009

A ação diplomática do Brasil nos últimos tempos pode ser criticada com base em diversos critérios: excessiva complacência com vizinhos atados a populismos variados, que vão do “bolivarianismo” ao neoperonismo; ênfase desmedida em protagonismo, às expensas de substância, na seleção de parceiros “estratégicos”; avaliações descoladas da realidade sobre as possibilidades da política externa. Tais críticas são feitas tendo como pano de fundo o consenso de que o serviço exterior do Brasil é competente e tem tido sucesso em fazer ouvir a voz do País. Acontecimentos recentes sugerem que tais premissas podem estar comprometidas.

Os últimos meses foram marcados por controvérsias sobre postulações internacionais envolvendo interesses brasileiros. Em jogo estavam as escolhas do diretor-geral da Unesco, da sede dos Jogos Olímpicos de 2016 – o Rio de Janeiro compete com Chicago, Madri e Tóquio – e, surpreendentemente, de integrantes do Órgão Permanente de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC). O destaque, neste último caso, decorreu de o nome indicado ser o de Ellen Gracie, ministra e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O cargo em si, embora disputado entre especialistas, é de dedicação parcial (até 100 dias por ano) e não tem o mesmo prestígio da direção de organismos multilaterais.

A estratégia do Itamaraty ficou exposta, porque o ministro das Relações Exteriores deixou claro que não haveria apoio oficial à candidatura de brasileiros à direção da Unesco, inclusive de funcionário do órgão com chances efetivas de ser escolhido. O Brasil, em nome da aproximação política aos países árabes, estava comprometido com a candidatura egípcia e concentraria esforços na defesa de outras candidaturas brasileiras: a cie. Esse apoio foi mantido mesmo após ter sido constatado que o candidato egípcio, apoiado pelo Brasil, notabilizou-se por comentários antissemitas.

O fracasso em relação à candidatura da ministra Gracie ao Órgão Permanente de Apelação da OMC deixa ainda mais exposta tal estratégia. E, no entanto, as dificuldades quanto à candidatura eram óbvias. Foram minimizadas pelo governo, que, movido por interesses relacionados à política interna, estimulou a avaliação de que o cargo na OMC era mais importante do que de fato é. Diversos fatores indicavam ser improvável a escolha da ministra. Luiz Olavo Baptista foi um dos sete membros do Órgão de Apelação durante quase oito anos e a OMC tem 153 membros. Em qualquer cenário haveria dificuldade em fazer prosperar a candidatura brasileira, em face de pressões por rotatividade na representação dos membros.

A ministra Gracie tem currículo distinto, postura de grande dignidade e desfruta de prestígio como a primeira mulher a presidir o STF. Mas a sua candidatura não atende aos requisitos do artigo 17.3 do Entendimento relativo às normas e procedimentos sobre solução de controvérsias de Apelação será composto de pessoas de reconhecida competência, com experiência comprovada em Direito, comércio internacional e nos assuntos tratados pelos acordos abrangidos em geral.”

Ventilou-se que o ministro Celso Amorim protestou em conversa “dura” com Pascal

Lamy, diretor da OMC. Melhor justificativa teria sido Lamy para ter conversa de tal teor, pois o Brasil levou à OMC uma candidatura para resolver assunto de política interna. O ministro deveria reservar seus momentos de dureza para conter incontinências de vizinhos como Lugo ou Chávez.

O Brasil, desde a criação do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Gatt, na sigla em inglês), sempre teve prestígio na instituição, além do que poderia ser explicado por sua participação no comércio mundial. O embaixador Álvares Maciel teve atuação deslo Nogueira Batista foi influente na Rodada Uruguai. Embaixadores no Gatt e na OMC – Ricupero, Lafer, Lampreia, Amorim – foram depois ministros de Estado. No sistema de solução de controvérsias, o Brasil tem tido relevância em “panels” decisivos. O Brasil, no âmbito da OMC, tem participado de reuniões em formatos G-4 e G-7 com os protagonistas desenvolvidos. É uma lástima que tal reputação de competência e operosidade seja comprometida por avaliações incorretas sobre as reais chances do País na indicação de brasileiros para ocupar posições de destaque na organização.

O episódio Ellen Gracie é o último de uma longa lista de tropeços. Nos últimos anos o Brasil vem acumulando espetacular sequência de insucessos em postulações para ocupar posições em organismos multilaterais, muitas delas com engajamento do Itamaraty. Candidatos brasileiros foram derrotados na escolha de dirigentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Mundial do Comércio, da União Internacional de Telecomunicações (UIT), da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Wipo, na sigla em inglês). Esses processos quase sempre explicitaram posições divergentes do Brasil com seus vizinhos latino-americanos e até mesmo do Mercosul.

O que explicaria esse retrospecto de time de várzea? A hipótese caridosa é que a deterioração na capacidade analítica da diplomacia brasileira se deva à postura politizada assumida pelo Itamaraty desde 2003. De qualquer forma, é triste ver o País passar vergonha por conta desses erros de avaliação. Esperemos que lições relevantes sejam tiradas. Podem ser úteis na postulação do Brasil no quadro da reforma da ONU. Senão, a vergonha poderá ser aí nda maior. ●

Novo ciclo de inserção internacional - Ricardo Ubiraci Sennes Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 01/06/2009

As transformações políticas e econômicas por que o Brasil tem passado desde a década de 1990 estão mudando o padrão de inserção externa do País eredefinindo suas bases e seus interesses internacionais. Essa situação abre um leque de oportunidades para o País se posicionar em áreas que antes recebiam pouca atenção dos formuladores de políticas. Mas, apesar de esse movimento de atualização da agenda internacional ser notório, ainda não foi assumido como parte essencial da estratégia de desenvolvimento

nacional.

Como tende a acontecer em nações com forte diversidade socioeconômica, a redefinição da inserção externa não está ocorrendo de maneira linear e homogênea. Ao contrário, convivem lado a lado estratégias e ações diversas, tanto dentro como fora da esfera estatal. E uma de suas dimensões mais interessantes está associada às reformas econômicas de caráter seletivo, que combinaram abertura forte de alguns setores e comedia de outros, com algumas políticas públicas bem sucedidas que, ao final, criaram incentivos para uma surpreendente expansão brasileira no exterior.

Houve um crescimento de mais de 440% do fluxo comercial do Brasil com o mundo, de 1990 até 2008. Isso dobrou a importância do comércio exterior no PIB nacional, que saltou de 11% para 22%. Simultaneamente, a pauta de exportação se diversificou, abrindo espaço para segmentos como os de serviços, incluindo as áreas de tecnologia da informação (TI), financeira e de engenharia e construção – todas intensivas em tecnologia, pesquisa e conhecimento.

Outro indicador que teve alterações significativas foi o de investimento externo direto no País, que saiu de menos de US\$ 1 bilhão em 1990 para US\$ 45 bilhões em 2008.

Um dos mais importantes reflexos dessa dinâmica foi a recente quitação da dívida com o FMI e o aumento das reservas internacionais ao maior nível na História. O montante das reservas coloca o Brasil, pela primeira vez, como credor internacional, o que certamente tem efeitos positivos sobre sua respeitabilidade e seu poder de barganha no cenário externo.

Dentre as frentes de internacionalização do País, um dos maiores destaques é o rápido avanço de multinacionais brasileiras no exterior. Além de crescente, essa presença é cada vez mais diversificada em termos de porte, de setores – incluindo áreas como siderurgia, mineração, financeira, TI, engenharia e construção, energia e aviação, entre outras – e de mercados, como América Latina, EUA, Europa e China. O estoque de investimento brasileiro direto no exterior alcançou US\$ 114 bilhões em 2006. Isso colocou o Brasil como o 12o maior investidor externo do mundo e o 2o entre os países emergentes.

Pesquisa e inovação também deram um importante salto nos últimos anos e acompanharam a internacionalização, e em alguns campos científicos o País deixou de ser apenas importador de conhecimento e passou a exportar capital intelectual. Há esforços para diminuir o gap nessa área, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), a Lei de Inovação, a Lei do Bem e as linhas de crédito do BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), além de iniciativas dos governos estaduais e municipais.

Os pesquisadores brasileiros quadruplicaram a publicação de artigos em periódicos científicos internacionais e foram, em 2006, responsáveis por quase 50% de toda a produção científica indexada na América Latina. A contínua falta de conexão entre a academia e o meio empresarial, no entanto, contribui para o descompasso entre o grande crescimento das publicações internacionais e a evolução do número de patentes de residentes brasileiros no Brasil e no exterior.

Essa internacionalização multifacetada tem acarretado mudanças dos fóruns e meios prioritários de atuação do País.

Por exemplo, as arenas estritamente formais e diplomáticas perdem importância

relativa e ganham relevância novos atores, como agências reguladoras, bancos de fomento, instituições de pesquisa e inovação e empresas. A participação desses atores tem redefinido a ação internacional do País e forçado uma articulação crescente deles com a orientação da política externa. Em geral, isso tem contribuído para a posição do governo externamente se alinhar às estratégias setoriais e às políticas públicas internas.

A definição de uma nova estratégia de inserção internacional precisa considerar, acima de tudo, que a economia brasileira é razoavelmente aberta, competitiva e com razoável potencial de crescimento, o que coloca o País num patamar bastante distinto daquele em que se encontrava há alguns anos. O crescimento do comércio e do investimento no exterior, tanto industrial como de serviços, incluindo média e alta tecnologias, tornou-se parte essencial da estratégia de uma vasta gama de empresas aqui sediadas. O padrão regulatório nacional em áreas como telecomunicação, concorrência, inovação e sistema financeiro já está bastante alinhado ao de países desenvolvidos e, por vezes, é até mais aberto e moderno que o deles. Por isso esse padrão precisa ser incorporado à agenda estratégica do Brasil.

Não há por que o País não ser mais ativo e propositivo também nesses campos, tanto regional quanto globalmente.

Diferentemente dos outros ciclos de inserção internacional do Brasil, o atual é, por sua própria natureza, mais amplo e multifacetado e não se restringe a ajustes da política externa. Envolve novos atores e fóruns dentro e fora do País e implica redefinições de estratégias e alianças internacionais. O Brasil está diante de um enorme desafio: incorporar integralmente as variáveis internacionais na equação do desenvolvimento nacional e redesenhar, de forma coerente e criativa, o papel que espera desempenhar no mundo nas próximas décadas. ●

A Argentina, Chávez e o Mercosul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 03/06/2009

O Mercosul não deve aceitar o coronel Hugo Chávez em sua mesa de decisões. Essa é a nova bandeira dos líderes empresariais argentinos. Desde a semana passada eles pressionam o Congresso e a presidente Cristina Kirchner para retirar o apoio oficial ao ingresso da Venezuela no bloco. A campanha foi desencadeada pela estatização de três indústrias do grupo Techint, anunciada poucos dias depois de uma visita do presidente venezuelano à Argentina. O desafio foi agravado quando Chávez garantiu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num encontro em Salvador, na Bahia, não ter a intenção de expropriar empresas brasileiras. A presidente Cristina Kirchner aceitou facilmente a explicação do colega venezuelano sobre a declaração no Brasil - "foi uma brincadeira" -, mas o empresariado não ficou satisfeito. Afinal, a decisão de estatizar as três companhias foi mantida.

Os líderes do setor privado argentino tentam mobilizar os colegas brasileiros, paraguaios e uruguaios para impedir a sujeição do Mercosul aos objetivos da política bolivariana.

Se os empresários brasileiros entrarem no movimento e decidirem agir com determinação,

talvez ainda possam impedir uma votação pró-Chávez no Senado. Na Câmara dos Deputados, a pretensão chavista de influir nas deliberações do bloco já foi aprovada.

A decisão do presidente Hugo Chávez de implantar na Venezuela o modelo socialista é soberana, "mas é contrária ao modelo de integração do Mercosul", disse o secretário da União Industrial Argentina, José Ignacio de Mendiguren.

Ele se referia não apenas ao compromisso democrático do bloco regional, mas também ao regime de investimentos nos países do bloco. Desapropriações como aquelas decididas na Venezuela são incompatíveis com a segurança jurídica indispensável à integração. Em documento entregue a deputados da oposição, líderes empresariais condenaram a atitude complacente de autoridades argentinas: quando se ferem os interesses nacionais, "não se trata de uma decisão interna e soberana de outro Estado, como deploravelmente dizem membros do governo argentino, mas de medidas que afetam a relação entre países". Essa mesma lição poderia ter sido ministrada ao governo brasileiro, quando baixou a cabeça e ainda tentou justificar as agressões à Petrobrás praticadas pelo discípulo boliviano de Hugo Chávez, o presidente Evo Morales.

A complacência da presidente Cristina Kirchner é explicável por sua dependência financeira do Tesouro venezuelano, principal financiador da dívida pública argentina. Sem acesso ao mercado internacional e sem disposição para buscar uma composição com o Fundo Monetário, as autoridades argentinas acabaram aceitando o auxílio de Chávez, empenhado em usar os petrodólares de seu país para ganhar influência política na América Latina. As autoridades brasileiras não têm essa desculpa: alimentaram as ambições do caudilho venezuelano e de seus discípulos por mera incompetência na definição de seus objetivos estratégicos. Foi mais um dos muitos erros causados pela fantasia do presidente Lula de exercer uma liderança terceiro-mundista.

As preocupações do empresariado argentino são legítimas e plenamente justificadas pelos fatos. Mas há outros motivos para se rejeitar a presença de Chávez na mesa de decisões do Mercosul. Como o bloco é uma união aduaneira, nenhum de seus membros pode celebrar acordos de livre comércio isoladamente. Acordos desse tipo dependem da adesão de todos os sócios. Será uma enorme irresponsabilidade sujeitar as negociações do bloco - e, portanto, sua integração no sistema global - aos interesses políticos do líder da Alba, a grotesca Alternativa Bolivariana para a América Latina. Se houvesse dúvidas quanto à vocação autoritária do presidente venezuelano, sobraria ainda essa questão fundamental: por que sujeitar os interesses externos do Mercosul aos caprichos de um homem como Chávez, que já declarou que quer ingressar no bloco para transformá-lo em instrumento de seu projeto bolivariano?

Em Brasília, os senadores governistas, obedientes ao presidente Lula, provavelmente votarão a favor do caudilho venezuelano. Caberá aos oposicionistas impedir o desastre.

Lamy vê “bom progresso” para retomada de Doha – Nusa Dua - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/06/2009

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, pediu ontem que os países resistam às tendências protecionistas e disse que está havendo um "bom progresso" em direção ao relançamento da Rodada Doha.

Falando em Bali, Indonésia, onde 19 ministros do Grupo de Cairns, países exportadores de produtos agrícolas, estão reunidos num esforço para estimular o comércio global, Lamy disse que os governos buscam um acordo para fornecer a "energia política necessária" ao reinício da Rodada Doha.

"Temos de tentar encerrar essas negociações e já percorremos 80% do caminho", declarou Lamy, à rede de TV americana CNBC. Segundo ele, "um pouco de energia política" é necessário para concluir o processo.

As negociações da Rodada Doha começaram há oito anos e foram paralisadas no fim do ano passado por divergências entre Estados Unidos, China e Índia. Ontem, Lamy se reuniu com o representante de Comércio dos EUA, Ron Kirk, e o recém-nomeado ministro do Comércio da Índia, Anand Sharma.

Kirk, ex-prefeito de Dallas e designado para o posto em março pelo presidente Barack Obama, também se reuniu brevemente com membros da delegação chinesa, às margens do encontro de ministros. Kirk não fez comentários, mas Sharma disse que as conversas foram "positivas" e ambos os lados reiteraram o compromisso de concluir a Rodada Doha.

Os países em desenvolvimento, incluindo China e Índia, querem que os países industrializados suspendam os subsídios às exportações agrícolas, enquanto as potências ocidentais buscam maior acesso de seus produtos nos mercados emergentes. Em julho do ano passado, em Genebra, as negociações de Doha foram abandonadas após a recusa dos EUA de aceitar a reivindicação da Índia de medidas para proteger setores vulneráveis contra uma enxurrada de importações.

Sharma disse que é tempo de "tirar as peças de onde elas estão e movê-las à frente". "Não estamos olhando para as dificuldades, e sim para as possibilidades, para fazer nosso melhor e levar este processo à sua culminação", declarou. "Não há obstáculos que sejam intransponíveis." O ministro indiano informou que vai a Washington em meados de junho para continuar as conversas com Kirk.

O embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, que compareceu à reunião entre Kirk e Sharma, disse que é importante que Washington e Nova Délhi enviem um "sinal político" claro de que estão dispostos a resolver suas diferenças. "Temos dois novos players, Ron Kirk e Anand Sharma, então é bom ter uma oportunidade para ouvi-los e saber o que trazem à mesa", disse o embaixador brasileiro.

Além de pedir o reinício da Rodada Doha, o grupo de ministros em Bali condenou os crescentes sinais de protecionismo, incluindo a nova guerra comercial entre Estados Unidos e União Europeia acerca dos subsídios à exportação de laticínios. Os parceiros dos EUA também resistem ao plano "Buy American", incluído na legislação de estímulo econômico dos EUA.

OMC alerta para nova onda de protecionismo - Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/06/2009

A Organização Mundial do Comércio (OMC) alerta para a "fermentação do protecionismo" no planeta e avalia incluir medidas brasileiras de restrição à importação ao aço na lista de barreiras protecionistas adotadas pelos governos. Ontem, o diretor da entidade, Pascal Lamy, alertou que o protecionismo comercial já está ocorrendo diante da recessão, apesar das promessas de governos de que não apelariam a barreiras contra importações.

"Há uma fermentação protecionista. Todos concordamos que não tomaríamos o caminho do protecionismo. Mas, como era esperado, ele já está ocorrendo", afirmou Lamy, em um evento ontem em Genebra para lidar com os impactos da recessão.

Subsídios dados por Estados Unidos e Europa, além de elevação de barreiras no Equador, Índia, Zâmbia ou mesmo no Brasil no setor do aço vêm se proliferando. Dados coletados pela própria OMC apontam que o número de novos casos de medidas antidumping também aumentou nos últimos seis meses.

No caso do Brasil, o País elevou as taxas de importação ao aço há uma semana. Fontes do gabinete de Lamy indicaram que a entidade estuda se essas medidas serão incluídas na lista de barreiras adotadas pelo mundo. Segundo disse Lamy ao Estado, a lista deve ser publicada em duas semanas.

Mas a China também tem adotado medidas que tem o potencial de distorcer os mercados. Nesta semana, Pequim anunciou que estava reduzindo impostos para exportadores, o que favoreceria ainda mais as vendas do país. A medida preocupou setores no Brasil.

Quem também está em estado de alerta é o setor do leite. Tanto nos Estados Unidos como na Europa, os governos decidiram reintroduzir subsídios à exportação.

No caso do Brasil, o País mantém um discurso duro na OMC contra medidas protecionistas e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a ser indicado por Lamy como uma referência na resistência contra as barreiras. "Manter mercados abertos é a melhor forma de superar a crise. Mas vemos uma fermentação de medidas protecionistas", alertou. "O protecionismo não vai proteger ninguém."

"Se um governo decide restringir a entrada de um produto de um vizinho, pode depois perder ao ter seus próprios produtos barrados", disse. Lamy estima que as barreiras protegem exatamente os empregos de menor qualidade, enquanto as exportações que seriam afetadas por medidas retaliatórias prejudicariam os de maior qualidade. "Portanto, essas medidas protecionistas não funcionam em uma conta final", disse.

Para Lamy, a única forma de barrar a "fermentação de medidas protecionistas" é garantir políticas sociais que deem conta da pressão gerada pela recessão no mercado de trabalho. Ele defende a adoção de políticas de empregos de tempo parcial, treinamento e outras medidas que possam responder aos impactos da crise. "A capacidade de evitar o protecionismo vai depender de políticas sociais em países", concluiu.

G-8 não significa mais nada, diz Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios
– 13/06/2009

Às vésperas da primeira reunião de cúpula do grupo dos grandes países emergentes, o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), em Ecatimburgo, na Rússia, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, decretou ontem a morte de outro grupo, mais poderoso, o G-8. Para o chanceler, um fórum internacional que reúna apenas os sete países mais ricos mais Rússia "não representa mais nada".

As críticas do chanceler foram feitas a uma plateia de estudantes, acadêmicos e diplomatas que assistia à sua palestra sobre O Mundo Pós-Crise, realizada no Instituto de Estudos Políticos (SciencesPo), em Paris.

Na próxima semana, Amorim e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participarão da cúpula dos emergentes na Rússia. Já entre 8 e 10 de julho, no encontro dos sete países mais ricos mais a Rússia (G-8), os países emergentes serão apenas convidados.

Pelos planos do primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi, o primeiro dia de trabalho da Cúpula do G-8, na cidade de Áquila, terá apenas a presença dos chefes de Estado e de governo da própria Itália, dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, da Alemanha, do Canadá, do Japão e da Rússia. Somente no segundo dia, a reunião será aberta aos "convidados". "Aí se transforma em um G-14 e depois em um G-21, com a presença dos países da União Africana", informou Berlusconi, em maio.

Contra essa organização, Amorim disparou uma rajada de insatisfações. "O G-8 morreu, não tenho a menor dúvida, porque ele não representa mais nada", afirmou, destilando ironia. "Eu não sei comovai ser o enterro. Às vezes ocorre lentamente."

LULA EM NOVO GIRO

Para o chanceler, desde a Cúpula de Londres, realizada em abril, na qual as 20 maiores economias estiveram presentes, inclusive o Brasil, as reuniões do G-8 não fazem mais sentido. "Quando foi criado o G-7, ele representava as maiores economias do mundo. Hoje, por qualquer critério, a China, a Índia e o Brasil são importantes, têm um peso para a

economia mundial", justificou.

Para Amorim, a proliferação de fóruns internacionais acaba sendo contraproducente. "Hoje tem muita confusão, muitos fóruns. Tem o G-8, o G-8+5, agora o G-8+6. De repente, soma ao G-8 mais 12 e temos o G-20", disse, em tom sarcástico. "O fato é que, quando se fala em G-8+, sempre se está falando em um grupo de países que são o núcleo. Acho que isso precisa ser superado."

Na próxima semana, Lula, acompanhado de Amorim, realiza um novo giro internacional, passando por Genebra, na Suíça, Ecatemburgo, na Rússia, e Astana, no Cazaquistão. Nessa turnê, o evento mais importante é a Cúpula dos Brics.

"Queremos reforçar a cooperação, que já existe e é boa, no terreno macroeconômico, nas discussões sobre a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI), do G-20, e sobre a própria reunião do G-8+5", afirmou Amorim, esclarecendo: "Quando falo em discussão, não falo em acordo prévio."

Celso Amorim decreta que 'o G-8 morreu' - O Globo – Capa – 13/06/2009

Às vésperas da cúpula dos países mais ricos com a Rússia, o chanceler disse: "O G-8 morreu." Para ele, não se pode prescindir de China, Índia e Brasil.

O presidente Lula vangloriou-se: "Eu emprestei US\$ 10 bi ao FMI." Página 20

Amorim diz que 'o G-8 morreu' e defende presença dos Brics em fóruns – O Globo – Economia – 13/06/2009

Estímulo fiscal contra a crise será tema principal da cúpula das 8 nações

PARIS e LECCE, Itália. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, decretou ontem o fim do grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo e a Rússia, o G8, revelou ontem o site da BBCBrasil.

A afirmação do chanceler brasileiro ocorre às vésperas da reunião do G-8, na Itália, com a crise econômica global na pauta de discussões, mas cuja arena de discussão tem ocorrido no âmbito do G-20, grupo formado pelas 20 maiores economias do mundo.

— O G-8 morreu. Não representa mais nada. Não sei como vai ser o enterro, às vezes o enterro ocorre lentamente — disse Amorim, após evento no Instituto de Estudos Políticos de Paris, à BBCBrasil. —

Hoje, por qualquer critério, economias como China, Brasil e Índia são economias importantes, que têm um efeito na economia mundial maior do que muitos outros que estão no G-8. O grupo não pode prescindir da presença de países como China, Brasil e Índia.

EUA e UE têm estratégias distintas contra a crise

Na próxima semana, Amorim participará da primeira reunião de cúpula dos Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia e China), na cidade russa de Ekaterinburgo.

Segundo o chanceler, nessa reunião, os países vão tentar criar uma coordenação para lidar com a crise econômica. Ele acrescentou que o mundo está “entrando em um período de governança variável”, no qual países emergentes têm seu papel.

Um dos temas principais da reunião do G-8 será o grau de atuação dos governos para conter os efeitos da crise. Nesse debate, as abordagens de EUA e União Europeia (UE) têm apresentado padrões distintos.

Washington defende uma intervenção maior do Estado na economia, embora temporária. Isso se traduziu não só em pacotes de estímulos generosos, mas também na ajuda pontual a certos setores, com o de bancos e de montadoras, para tentar fazer o sistema financeiro voltar à normalidade e resguardar segmentos intensos em mão de obra. Já a UE, liderada por Alemanha, é contra estímulos fiscais agressivos, preferindo deixar que o mercado vá, aos poucos, regenerando a economia.

Segundo os últimos dados macroeconômicos, a aposta americana parece estar fazendo mais sentido, pelo menos por enquanto, à medida que crescem os sinais — os mais recentes mostraram um leve crescimento nas vendas no varejo e queda nos pedidos iniciais de seguro-desemprego — de que a economia está se estabilizando e mesmo se recuperando, segundo alguns analistas. Ao passo que a Europa continua mergulhada num panorama sombrio.

Economistas independentes preveem que a economia americana retomará o crescimento no quarto trimestre, e a Europa continuará em recessão em boa parte de 2010.

Segundo uma fonte, os participantes da reunião do G-8 vão pedir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que desenvolva um estudo sobre formas de desfazer as drásticas medidas no campo fiscal adotadas pelos governos para lidar com a crise.

Tal iniciativa sinaliza que há uma sensação de que a recuperação da economia já está à vista. Ontem, o ministro das Finanças do Canadá, Jim Flaherty, defendeu, ao chegar à Itália para a cúpula do G-8, o fim do estímulo fiscal.

Já o secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, disse que ainda não acabou o momento de estimular a economia.

Reencontro com o Mercosul – Marcelo Coutinho – Folha de São Paulo – Opinião – 19/06/2009

CAMINHAMOS para o fim da primeira década do século 21 com o diagnóstico de que, infelizmente, a integração entre as economias do Cone Sul deixou de ser concebida como projeto estratégico de crescimento, capaz de oferecer os meios mais condizentes à inserção internacional. O momento de crise econômica pode, contudo, ao menos fazer reabrir seriamente o debate, situando a integração numa verdadeira perspectiva de desenvolvimento regional. Por resistirem à liberalização, os governos intitulados de "esquerda" foram responsáveis

pela asfixia do processo de integração econômica do Mercosul. Sob o falso argumento de que estariam ampliando a discussão para uma pauta social e participativa, esses governos, incluindo o Brasil, na verdade paralisaram o bloco. Em nome de um regionalismo supostamente diferenciado, não deram continuidade à integração das cadeias produtivas e à diminuição das barreiras comerciais e perfurações da tarifa externa comum, repetindo -guardadas as devidas distinções- o mesmo retraimento do organismo que fez a antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) desaparecer nos anos 1970, durante os regimes militares. Os projetos de integração regional hoje "são um corpo sem espírito", nas próprias palavras de um ministro do governo Lula. Até 2008, o comércio relativo intrabloco havia estacionado em torno de 15%, ou seja, em proporções bem menores aos da década anterior, quando a participação do bloco chegou a responder por 23% do total das importações e exportações, apresentando um crescimento na ordem de 302%. Com a atual crise -que abateu sobretudo a indústria-, o comércio entre os parceiros do Mercosul simplesmente despencou para um dos seus piores patamares. Agrava a situação o recrudescimento do protecionismo, o deslocamento comercial em favor da China e a falta de uma agenda compatível com os interesses nacionais. Na segunda metade dos anos 1950, a inteligência latino-americana reunida na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) já indicava o problema da exiguidade dos mercados domésticos para o desenvolvimento da região. Há meio século, portanto, sabe-se que, coordenados, temos mais chances de atrair investimentos, diversificar relações, dinamizar o comércio e crescer a partir da expansão de escala.

Com a interdependência econômica global, o surgimento de novos grandes conglomerados e a revalorização das regiões como atores coletivos e plataformas de mercado, a integração econômica sul-americana se tornou fundamental para os propósitos de desenvolvimento, de maneira distinta aos termos da substituição de importações. Essa compreensão não sensibilizou suficientemente as atuais lideranças regionais, que relegaram o Mercado Comum do Sul a um segundo plano, embora este seja o aspecto mais importante da nossa política externa desde a redemocratização. Em função de suas finalidades políticas, o alcance prático da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) como instrumento promotor do desenvolvimento econômico é extremamente limitado.

Ainda que com todas as dificuldades, essa tarefa cabe ao Mercosul, que já deveria funcionar como polo exportador também de manufaturados para o restante das Américas e para os países africanos. A estratégia globalista pós-neoliberal não pode prescindir da regionalização. A despeito de alguns conflitos, são faces da mesma moeda. Os desentendimentos comerciais dentro do bloco não ultrapassam 14% do total, o que torna uma negociação plenamente factível entre seus membros, sem prejuízo das aspirações globais. Sendo assim, a união aduaneira representa não um peso, mas alavanca para nossa maior competitividade internacional. De uma vez por todas, o Mercosul não pode ser visto como amarra ou obstáculo. Ele é parte substantiva da solução de problemas compartilhados. É

falaciosa a ideia de que basta transformá-lo em mera área de livre comércio ou zona preferencial para resolver as nossas necessidades. Precisamos nos reencontrar verdadeiramente com o Mercosul e o desenvolvimento a partir de uma agenda corajosa, na qual possamos repartir alguns setores industriais, obtendo boas contrapartidas, e em que a adesão de outros países, como a Venezuela, seja encarada com naturalidade.

O importante neste momento de crise é evitar que as áreas de tensão comercial se espalhem, dificultando ainda mais um projeto de crescimento conjunto e recuperação futura.

MARCELO COUTINHO, 34, doutor em ciência política, é professor de relações internacionais da UnB (Universidade de Brasília) e coordenador do Observatório Político Sul-Americano do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro).

Acordo em Doha precisa sair até o fim do ano, diz Amorim – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 25/06/2009

Em 2010 será "mais complicado" para o Brasil fechar acordos comerciais, em pleno período eleitoral. Por isso, se houver avanços na Rodada Doha, tem que ser até o fim deste ano, para pavimentar a conclusão da negociação global de liberalização agrícola e industrial.

Essa foi a mensagem que o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou ontem durante conversa com o negociador comercial chefe dos Estados Unidos, Ron Kirk. No mesmo momento, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) previa contração de 16% no comércio mundial este ano, por causa da recessão maior que a projetada.

Para o ministro brasileiro, o pacote que está na mesa de negociações em Genebra já permitiria ganhos importantes, ainda mais na crise atual - e no caso do Brasil, quando o país vai entrar em período eleitoral e as concessões de abertura do mercado se tornam mais difíceis.

Amorim insistiu que o Brasil chegou ao limite nas concessões por um acordo na Rodada Doha. Mas deixou uma brecha aberta, dizendo que, "se for possível" alguma flexibilidade, terá antes que ver que tipo de compensação receberá, porque as aberturas para etanol e algodão não foram resolvidas até hoje.

O representante americano mostrou "disponibilidade" para continuar dialogando, conforme relatou Amorim. Mas continua sem clareza o que Washington quer exatamente e o que está disposto a pagar pelas duas demandas. Algo é certo: Amorim reiterou que há coisas impossíveis a serem atendidas, como maior abertura no setor químico, que os americanos sempre demandaram.

O debate sobre protecionismo e abertura comercial foi um dos temas ontem na conferência ministerial da OCDE. O secretário de Comércio Internacional da Argentina, Alfredo Chiaradia, foi incisivo, chamando atenção para as análises de que o comércio internacional estava aberto antes da crise.

"Estava aberto para produtos industriais, que os ricos exportam, mas para produtos agrícolas estava cheio de distorções e barreiras", afirmou. Para o ministro argentino, é difícil imaginar um acordo global proximamente, se não conseguiu ser fechado no ano passado, antes do auge da recessão global.

O ministro de Comércio da Nova Zelândia, Tim Gross, advertiu que se a Rodada Doha não for concluída nos próximos 18 meses, o sistema multilateral "implodirá" - ou seja, a relevância das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) diminuirá, com os países procurando acordos fragmentados para aumentar exportações.

Hoje, em Paris, haverá uma reunião miniministerial, com a participação de mais de 15 ministros. Mas o ministro Celso Amorim não espera avanços nem na reunião de cúpula do G-8 e G-5, em julho.

O novo ministro de Comércio da Índia, Anand Sharma, que chegou a fazer declarações otimistas de que seu país está "ansioso" para retomar as negociações, já começou a sentir o peso da realidade e parece mais prudente em suas declarações. A Índia e os EUA têm sido apontados como os grandes culpados do impasse na negociação global.

Negociação para retomada da Rodada Doha provoca racha entre emergentes – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 26/06/2009

Os países em desenvolvimento mostraram ontem um claro racha sobre as condições para retomar a Rodada Doha e concluir rapidamente o acordo global de liberalização agrícola, industrial e de serviços, numa série de articulações em Paris. Brasil, Índia e África do Sul, com influência decisiva na negociação, divulgaram comunicado advertindo os EUA de que no meio do pior ambiente econômico desde a depressão dos anos 30, seria "pouco razoável e irrealístico" esperar mais "concessões unilaterais" dos países em desenvolvimento.

Já um grupo de 11 países, que inclui México, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Costa Rica, propôs um acordo rapidamente em Doha sem as mesmas precauções. O grupo, que já tem tarifas bastante baixas, pede para os parceiros mostrarem "vontade política", argumentando que a conclusão da rodada ajudaria a retomada econômica.

Ron Kirk, o novo negociador comercial chefe dos Estados Unidos, só conseguiu mesmo uma promessa de que os países podem aceitar negociações bilaterais diretas também, para discutir barganhas, mas na prática é o que já vinha ocorrendo. Kirk queria partir com um claro compromisso de que a abordagem da negociação mudou. Para o Brasil isso significaria reconhecer que há insuficiências nas concessões dadas aos EUA. E a resposta foi um claro "não".

Um grupo de 12 ministros se reuniu na embaixada da Austrália com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, mas não houve avanço. Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o fato positivo foi que EUA e Índia demonstraram disposição de conversar.

Como retomar a negociação, porém, é outra questão em aberto. Surgiram propostas de se tentar concluir a negociação global até meados do ano que vem, o que não agradou ao Brasil. "Isso me deu arrepios, porque estaremos em plena campanha eleitoral", reagiu Amorim. Para o Brasil, a negociação teria de avançar este ano, porque no meio de período eleitoral fica difícil usar mesmo a pequena flexibilidade que ainda dispõe o país para negociar corte tarifário.

Lamy, por sua vez, jogou na mesa as cifras de queda livre do comércio mundial: contração de 14% no comércio dos países desenvolvidos e 7% nos países em desenvolvimento. Só que estes dependem mais do comércio e sofrem mais as consequências da crise global.

Na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também houve uma enxurrada de discursos, com vários ministros alertando sobre os perigos do protecionismo.

G-8: Por que não G-14? – Oliver Stuenkel – Valor Econômico – Opinião – 29/06/2009

Potências emergentes não ocidentais estão se sentindo cada vez mais estimuladas a criar suas próprias cúpulas

Quando o próximo encontro do G-8 realizar-se na Itália no mês que vem, ele terá, como os anteriores, as feições da cultura e do gosto pessoal do anfitrião. O então presidente americano George Bush convidou os líderes mundiais para uma ilha próxima à Geórgia em 2004; o britânico Tony Blair recebeu a cúpula em um luxuoso hotel escocês em 2005; e a alemã Angela Merkel foi a anfitriã da vez em um austero povoado na costa do Mar Báltico em 2007.

Silvio Berlusconi, o idiossincrático líder italiano, decidiu trocar o local do encontro de um resort na Sardenha para L'Áquila, cidade devastada por um terremoto no início deste ano. Faz todo sentido, pois o próprio G-8 é um desastre.

O grupo dos sete países mais ricos do planeta, mais a Rússia, torna-se cada vez menos representativo em termos mundiais e falta-lhe tanto legitimidade quanto poder. Uma vez que perdeu abrangência significativa - a essência de uma cúpula global - o G-8 não tem condições de enfrentar os problemas mais urgentes do mundo, como as mudanças climáticas e a proliferação de armas nucleares. Ao sentar gigantes como Brasil, China e Índia à mesa ao lado, o G-8 está simplesmente acelerando sua própria derrocada.

A única solução em meio a essa desordem é colocar de lado políticas menores e democratizar o G-8, expandi-lo, convertê-lo em G-14, com a inclusão de China, Índia, Brasil, África do Sul, México (o tão-chamado G-5) e Turquia como membros permanentes.

A mudança daria ao recém-criado G-14 legitimidade inédita e capacidade para enfrentar problemas globais.

Mas por que não simplesmente substituir o G-8 por um cada vez mais proeminente G-20? A ideia pode soar atrativa, mas manter o grupo pequeno e estabelecer um ambiente de intimidade é crucial para preservar a utilidade do grupo. Afinal de contas, quando o então chanceler alemão Helmut Schmidt e o ex-presidente francês Giscard d'Estaing conceberam a cúpula, em 1975, imaginaram uma discussão franca e informal em torno da lareira. Isso dificilmente seria possível com 20 participantes, e 14 deveria ser o limite máximo de membros. O passo seria um sinal claro do compromisso do Ocidente em manter o caráter prático do encontro, além de um reconhecimento poderoso de que a distribuição global de poder não está cravada em pedra.

Os críticos apontarão o fato de que a economia turca ainda é pequena. Mas tamanho da economia não é o que mais importa. Quais são os critérios para ser membro do grupo? A participação no G-8 era baseada em poder econômico, mas há muito abandonou essa regra, ao deixar de incluir a China, a segunda maior economia do mundo. Democracia também contava. Esse critério também foi descartado quando se convidou a autocrática Rússia e se ignorou a democrática Índia.

A verdade é que a participação no grupo é inteiramente arbitrária e baseada em interesses de curto prazo e politicagem. A Rússia, por exemplo, foi convidada quando potências europeias superestimavam seu poder de seduzir Moscou para a completa democratização - e ela fez exatamente o oposto após ingressar no G-8. A cúpula, hoje, é uma farsa, onde nações ocidentais decadentes e presunçosas celebram-se a si mesmas e acreditam que o Ocidente ainda pode consertar o mundo.

Consequentemente, o encontro do G-8 deste ano não só fracassará na tentativa de fazer algo positivo, como também provará ser discriminatório e ainda destruirá perspectivas de encontrar soluções. Potências emergentes não ocidentais estão se sentindo cada vez mais estimuladas a criar suas próprias cúpulas, como a IBAS (com Índia, Brasil e África do Sul) ou a Bric (Brasil, Índia e China), nas quais não são tratadas como membros de segunda classe - um status que, no G-8, recebe eufemisticamente o nome de "Grupo Expandido".

Se quiser permanecer efetivo, o G-8 precisará recuperar três atributos principais: capacidade de lidar com problemas globais, legitimidade e praticidade. Ao incluir o cada vez mais poderoso G-5, o G-8 reconquistaria sua capacidade de lidar com desafios como as mudanças climáticas e a não-proliferação nuclear. Para se ter uma ideia, qualquer acordo para a redução de emissões de gases de efeito-estufa que não inclua China, Índia e Brasil é inócua no médio prazo. Mas o novo G-14 teria de ser também representativo do máximo possível de regiões para poder assumir liderança global. A Turquia, com a força de 70 milhões de habitantes, não tem como representar o mundo muçulmano, termo bastante vago de qualquer forma. No entanto, Ancara pode atuar como ponte crucial entre Ocidente e Oriente, impulsionando assim a legitimidade do clube - já acentuada pelo ingresso de Brasil e África do Sul como representantes, respectivamente, da América do Sul e da África Subsaariana. Finalmente, o G-8 teria de permanecer administrável e resistir à tentação de agradar a todos, ao aceitar a adesão de países demais.

Em sua tentativa de enfrentar os problemas mundiais, o Conselho de Segurança da ONU falhou completamente, uma vez que ainda representa o mundo de 1945. O G-8 reflete o mundo da década de 1980, mas ele precisa lançar mão de uma vantagem fundamental, sua flexibilidade, para tornar-se uma instituição com visão de longo prazo, a qual represente o mundo em 2020. A destroçada cidade de L'Áquila é um poderoso lembrete aos líderes do G-8 de que a cúpula também necessita enormemente de reparos. No entanto, está em risco mais do que o G-8 apenas. Procuram-se soluções visionárias para os problemas globais, e um G-14 forte para encontrá-las.

Oliver Stuenkel é mestre em Políticas Públicas pela Universidade Harvard e doutorando em Ciência Política na Universidade Mercator da Alemanha. É pesquisador visitante do Centro de Liderança Pública em São Paulo.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

